



PROCESSO Nº	:	179.565-1/2024
ASSUNTO	:	PENSÃO POR MORTE – SERVIDOR MILITAR
UNIDADE	:	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
INTERESSADA	:	MARIA MOURA DE MATOS, LUCIENE MOURA DE MATOS E ELIANA PATRÍCIA MOURA DE MATOS
RELATOR	:	CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

PARECER Nº 799/2025

EMENTA: PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR MILITAR. MATO GROSSO PREVIDÊNCIA. RELATÓRIO TÉCNICO FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO REGISTRO. SANADAS AS IRREGULARIDADES. PARECER DESTE MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PELO REGISTRO DOS ATOS, BEM COMO PELA LEGALIDADE DA PLANILHA DE BENEFÍCIO.

1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos dos Atos Administrativos que concederam **Pensão por Morte oriunda de Servidor Militar**, em caráter vitalício, à **Sra. Maria Moura de Matos**, inscrita no CPF sob o nº 561.932.111-87, e, em caráter temporário, à **Sra. Luciene Moura de Matos**, inscrita no CPF sob o nº 489.630.541-87, representada legalmente pela sua curadora a **Sra. Ivone Moura de Matos**, inscrita sob o CPF nº 366.459.821-00, e à **Sra. Eliana Patrícia Moura de Mato**, filha menor à época, Certidão de Nascimento registrada no Cartório do 2º Ofício de Campo Grande-MS, Cartório Santos Pereira, à fl. 240-vs, do Livro A 184, sob o nº de Ordem 39.137, lavrado em 11/04/1980, em razão do falecimento do **Sr. Aristides Silveira de Matos**, inscrito no CPF sob o nº 022.567.111-53, ocorrido em 21/01/1997, transferido para inatividade mediante reforma pela Polícia Militar do Estado, no município de Cuiabá/MT.





2. A 4ª Secretaria de Controle Externo, no Relatório Técnico de Defesa nº 551217/2024, apresentou as seguintes conclusões:

Sugere-se, ao Exmo. Relator ainda, a aplicação das penalidades cabíveis ao gestor, termos do art. 197 c/c art. 286, VII e §4º do RI-TCE.

Por fim, sugere-se, ainda, seja dada ciência ao CONTROLE INTERNO DO MT-PREVE, bem como ao MINISTÉRIO PÚBLICO, para que abram os trabalhos de praxe e adotem as medidas necessárias e urgentes, no sentido de identificar e regularizar eventuais fragilidades, falhas ou mesmo ilegalidades nos registros e controle dos recursos e documentos do Sistema Previdenciário Estadual.

ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 21/05/2018 a 31/12/2024

1) LB15 RPPS_GRAVE_15. Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) *Envio Extemporâneo de Documentos de Registro Obrigatório no TCE - Pensão (quase 6 anos após a publicação).* - Tópico - 3. ANÁLISE DE DEFESA

THIERS FERREIRA - GESTOR / Período: 01/01/1998 a 31/12/1998

2) LB15 RPPS_GRAVE_15. Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

2.1) *Concessão e pagamento irregular de benefício previdenciário - Pensão, sem Ato Concessório e publicação de 1998 a 2018.* - Tópico - 3. ANÁLISE DE DEFESA (Relatório Técnico de Defesa nº 551217/2024, fl. 13 – negrito e itálico no original)

3. Após, fora submetido o feito ao crivo deste Ministério Público de Contas, onde foi elaborado o **Pedido de Diligência nº 370/2024**, requerendo a citação do gestor do MTPREV, para que respondesse aos apontamentos da Secex.

4. O Conselheiro Relator, ao analisar o aludido pedido de diligência (Despacho nº 568886/2025), determinou o retorno dos autos à 4ª Secex, para análise conclusiva do feito com:

manifestação expressa sobre i) a regularidade ou não do Ato Administrativo nº 391/2018 MTPREV, posteriormente retificado pelo Ato Administrativo nº 391/2018 MTPREV5, em questão, nos termos do art. 99, inciso III, do Regimento Interno do TCE/MT; além da ii) a **prescrição da pretensão punitiva** deste Tribunal em relação ao Sr. **Thiers Ferreira**, considerando o





longo período decorrido desde a suposta prática do ato e o fato de que o órgão ao qual estava vinculado (IPEMAT) já foi extinto. (destacado no original)

5. Submetido o feito novamente à **4ª Secex**, essa se manifestou pelo **registro dos Atos nº 285/2024 e 392/2018**, bem como pela legalidade da planilha de proventos, no valor de R\$ 13.744,89.

6. Retornaram, então, os autos para análise e parecer ministerial.

7. É o sucinto relatório dos fatos e do direito.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Introdução

8. A Constituição da República Federativa do Brasil assegurou aos Tribunais de Contas dos Estados, por força de Norma atinente à União, presente em seu art. 71, III, mas extensível a estas Unidades Federadas por obra do art. 75 desta mesma Carta, a função de apreciar, para fins de Registro, a Legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do Ato Concessório.

9. A referida competência consiste em ato de fiscalização promovido pelo controle externo, por meio do qual os Tribunais de Contas analisam a Juridicidade e Probidade dos encargos suportados pelo Erário, cancelando a Portaria, por natureza complexo, que reconheceu o direito à obtenção da Aposentadoria.

10. Contudo, para que seja concedido tal benefício, os beneficiários devem preencher requisitos constitucionais, sob pena de anulação da Portaria que o deferiu. Nesse sentido, indispensável manifestação de seu órgão Ministerial como fiscal da ordem jurídica.





2.2. Da Análise do Mérito

2.2.1. Da irregularidade apontada pelo MPC

11. Quanto à irregularidade apontada por este Ministério Público de Contas no Pedido de Diligência nº 370/2024, verifica-se que essa decorria da ausência de manifestação conclusiva da Secex quanto à regularidade do benefício concedido. Assim, com a edição do Relatório Técnico de Defesa nº 579597/2025, **a impropriedade foi sanada.**

12. Superado esse ponto, **passa-se à análise do cumprimento dos requisitos de pensão por morte.**

2.2.2. Da Análise do Mérito

13. Para que seja possível deferir o pleito de pensão, os beneficiários devem preencher os requisitos constitucionais pertinentes. No caso em tela, como se trata de **Pensão por Morte de Servidor Militar**, é preciso observar os ditames do art. 42, § 2º, da Constituição da República, com redação dada pela EC nº 20/1998, artigos que assim versa:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

(...)

§ 2º **Aos pensionistas dos militares dos Estados**, do Distrito Federal e dos Territórios **aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.** (grifo nosso)

14. Nesse sentido, destaca-se que Lei Complementar nº 26/1993, artigos 53, 55, inciso I, alínea “a”, inciso II, alínea “a”, § 5º, 56, parágrafo único, c/c as disposições da Lei Complementar nº 541/2014, garantem a aplicação do mandamento Constitucional previsto acima aos militares estaduais:

Art. 53 - Por morte do servidor militar, o código e seus dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente à totalidade da respectiva remuneração ou provento, sendo majorada na mesma proporção sempre





que houver reajuste na remuneração integral do servidor militar da ativa, acrescida de todas as vantagens.

Art. 55 - São beneficiário da pensão, para efeitos desta Lei Complementar:

I - vitalícia:

a) cônjuge:

(...)

II – Temporária

a) os filhos, ou enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

(...)

§ 5º Ocorrendo habilitação à pensão vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares a pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada, em partes iguais, entre os titulares a pensão temporária.

Parágrafo único. Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida. (negritamos)

15. Assim, constatado que o servidor se encontrava reformado à data do óbito, procederemos com a identificação dos dependentes que podem ser de duas categorias: vitalícios e temporários. Observando os autos e correlacionando os fatos ao direito, constante do art. 55, inciso I, alínea “a”, inciso II, alínea “a” da Lei Complementar nº 26/1993, verificamos que estamos diante de beneficiário das categorias dos dependentes **vitalícios e temporários**, porquanto trata-se de **cônjuge, filha maior inválida e filha menor**.

16. Ademais, constam dos autos os documentos comprobatórios do vínculo entre as dependentes, ora beneficiárias, e o servidor falecido, qual seja, certidão de casamento com anotação de óbito, certidões de nascimento e laudo pericial de invalidez, que estabelece a relação entre o Direito previsto na Constituição e o direito subjetivo das pleiteantes.

17. **Desse modo, verificando-se nos autos que há plena compatibilidade entre o direito pleiteado e os requisitos legais e constitucionais exigidos e considerando tratar-se de um benefício vinculado, ou seja, completado o rol de requisitos, surge o direito claro a seu reconhecimento, sendo devido o registro dos**





Atos nº 392/2018/MTPREV e 285/2024/MTPREV que concederam o benefício de Pensão por Morte ao cônjuge, Sra. Maria Moura de Matos, à filha menor à época, Sra. Eliana Patrícia Moura de Mato, e a filha maior inválida, Sra. Luciene Moura de Matos.

3. CONCLUSÃO

18. Dessa forma, o Ministério Público de Contas, no exercício de suas atribuições institucionais, manifesta-se pelo **registro dos Atos nº 392/2018/MTPREV e 285/2024/MTPREV**, publicados, respectivamente, em 12/09/2018 e 14/08/2024, bem como pela legalidade da planilha de benefício.

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 20 de março de 2025.

(assinatura digital)¹
GUSTAVO COELHO DESCHAMPS
Procurador de Contas

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

